



Senado vota em segundo turno isenção de IPTU para igrejas

Béno Barata/Agência Senado — 16/3/2016



O Plenário também pode avaliar proposta de emenda à Constituição que reduz o número de cargos comissionados na administração pública

Aprovada em primeiro turno, proposta de emenda à Constituição do senador Marcelo Crivella isenta igrejas que funcionam em local alugado, como acontece com as que têm imóvel próprio.

A outra proposta na pauta, apresentada pelo senador Aécio Neves, diminui a quantidade de cargos em comissão no governo federal e reserva cargos de livre

nomeação para servidores efetivos, que deverão ser preenchidos por seleção pública.

Os senadores também podem votar o projeto de lei da Câmara que regula o regime de parceria entre os salões de beleza e seus profissionais, e um texto que permite ao microempreendedor individual utilizar sua residência como sede do estabelecimento comercial. **3**

Senadores aprovam em primeiro turno, no dia 16, a proposta que dá isenção de IPTU para igrejas que fazem cultos em imóveis alugados

Crise política e protestos repercutem no Plenário

Em discursos na sexta-feira, os senadores voltaram a repercutir a crise política do país. Aliados do governo classificaram de ilegal a divulgação de gravações de conversas grampeadas do ex-presidente Lula e apontaram motivação política de juízes, policiais e procuradores que atuam na Operação Lava-Jato. Já opositores atribuíram as manifestações populares à nomeação de Lula por Dilma para ministro da Casa Civil. **4**

Embaixador abrirá evento sobre síndrome de Down **3**

Jovem Senador terá redação sobre esporte

O concurso de redação do Senado que selecionará os estudantes que participarão da sexta edição do Projeto Jovem Senador terá como tema “Esporte: educação e inclusão” e será lançado em abril. As melhores redações de um aluno do ensino médio público de cada estado e do DF são escolhidas anualmente e os autores participam do projeto em Brasília. **2**

Comissão julgadora seleciona redações em 2015. Os alunos vencedores vivenciam o Senado por uma semana



Edilson Rodrigues/Agência Senado — 7/10/2015

Comissão avalia amanhã projeto sobre reúso de água e aproveitamento da chuva

As novas construções, públicas ou privadas, poderão ter obrigatoriamente sistema de captação e reaproveitamento da água da chuva, segundo projeto que está na pauta de amanhã da Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor. O objetivo é reduzir o uso de água tratada em atividades como limpeza de prédios e a irrigação de jardins. Outro projeto na pauta obriga os planos diretores municipais a delimitar áreas verdes e urbanas a serem reflorestadas. **4**

Construção do novo Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro prioriza uso sustentável da água

Imposto maior para ganho de capital entra em vigor **2**

Sancionada com oito vetos lei contra o terrorismo

Dois dos vetos da presidente Dilma Rousseff à nova lei tratam da definição dos atos criminosos. O texto original considera terrorismo “incendiar, depredar, saquear, destruir ou explodir meios de transporte ou qualquer bem público ou privado”. E também “interferir, sabotar ou danificar sistemas de informática ou bancos de dados”. Para Dilma, as definições são amplas e imprecisas. Os vetos poderão ser mantidos ou derrubados pelo Congresso. **3**

Cláudio Castro/Governo do Rio de Janeiro



Esporte é o tema deste ano do Projeto Jovem Senador

Concurso de redação que seleciona os alunos participantes do projeto abordará o esporte como fator de educação e inclusão. Os selecionados terão a chance de vivenciar a atividade legislativa do Senado



“ESPORTE: EDUCAÇÃO E inclusão” será o tema do concurso de redação do Senado que selecionará os estudantes que participarão do Projeto Jovem Senador neste ano.

Criado em 2011, o projeto seleciona anualmente um aluno de cada estado e do Distrito Federal que esteja cursando o ensino médio em escola pública e que tenha até 19 anos. Durante uma semana, os estudantes conhecem o funcionamento do Senado, apresentado e discutindo projetos nas comissões e no Plenário. O concurso de redação será lançado em abril.

Em 5 edições do Jovem Senador, 135 estudantes já exerceram o mandato parlamentar simulado. Fruto de parceria entre a Secretaria-Geral da Mesa e a Secretaria de Relações Públicas do Senado, o programa recebeu, nos últimos 3 anos, 235,2 mil redações, envolveu 634,6 mil alunos e teve participação de 16,3 mil professores. Em 2015, foram contabilizadas 84 mil redações.

De acordo com Marcia Yukiko, analista da Secretaria de Relações Públicas, os participantes da última edição tinham um perfil crítico em relação aos



No Plenário do Senado, jovens senadores de 2015 debatem e votam propostas

problemas sociais e políticos do Brasil e demonstraram curiosidade sobre o funcionamento dos trabalhos legislativos.

— Todos ficaram envolvidos nos trabalhos das comissões e empolgados com os debates em Plenário, especialmente. A novidade foi a participação do primeiro indígena — afirmou, referindo-se ao jovem Roberto Macurap, de Rondônia.

Viagem a Brasília

A cada edição do Jovem Senador, é proposto um tema do concurso de redação. Cabe à secretaria de Educação de cada estado e do Distrito Federal selecionar três redações, que são enviadas ao Senado. Uma comissão julgadora seleciona a melhor de cada estado e, posteriormente, as três melho-

res do país. Os 27 vencedores serão premiados com a viagem a Brasília e a oportunidade de atuar como jovens senadores.

Durante uma semana, os estudantes participam de trabalhos legislativos, como reuniões de comissões e sessões do Plenário. Com a supervisão de consultores legislativos, apresentam e debatem projetos que, caso sejam aprovados pelo grupo, são encaminhados à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Se acolhidos na CDH, passam a tramitar como projeto de lei no Senado. Desde 2011, foram apresentadas 39 proposições pelos jovens senadores.

Entre as sugestões transformadas em projetos, estão a que trata do serviço de assistência a estudantes de ensino médio da rede pública para ingresso em cursos superiores e no mercado de trabalho (Sugestão 20/2014) e a que dá incentivos fiscais e econômicos para o desenvolvimento de atividades sustentáveis (Sugestão 1/2013).

Do total de sugestões apresentadas, 2 foram encaminhadas para a Câmara dos Deputados, 2 tramitam como proposta de emenda à Constituição, 25 tramitam como projeto de lei do Senado, 7 como sugestão legislativa e 3 foram arquivadas.

Mais informações: www.senado.leg.br/jovemseador

Sancionada lei que aumenta imposto sobre ganho de capital

A presidente da República, Dilma Rousseff, sancionou na sexta-feira, com vetos, a lei que aumenta progressivamente o Imposto de Renda (IR) incidente sobre ganhos de capital (a diferença entre o preço de venda de um ativo, como ações e imóveis, e o seu custo de aquisição).

A sanção da Lei 13.259/2016 decorre da aprovação, pelo Congresso, da Medida Provisória 692/2015, que faz parte do ajuste fiscal proposto pelo governo federal.

Com a nova lei, são criadas faixas adicionais de cobrança do IR, com alíquotas progressivas conforme o lucro obtido. Para lucros de até

R\$ 5 milhões, o texto mantém a alíquota de 15%, que antes era aplicada em qualquer caso. Para lucros entre R\$ 5 milhões e R\$ 10 milhões, a alíquota será de 17,5%; acima de R\$ 10 milhões e até R\$ 30 milhões, de 20%; e acima de R\$ 30 milhões, 22,5%.

A presidente vetou o trecho que reajusta os valores de referência para a tributação dos ganhos de capital pela mesma alíquota aplicada na tabela do Imposto de Renda.

Também foi vetado o trecho que determinava a aplicação das novas alíquotas progressivas apenas em negócios feitos a partir de janeiro de 2016.

(Da Agência Câmara)

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



SEGUNDA

CDH Discriminação racial

9h Audiência sobre o Dia Internacional de Luta Contra a Discriminação Racial.

SESSÃO ESPECIAL DeMolay

11h Sessão pelo Dia da Ordem DeMolay.

CE Inclusão

14h Abertura do seminário 21 Horas pela Inclusão, que vai até quarta-feira. Evento marca Dia da Síndrome de Down.

PLENÁRIO Discursos

14h Sessão destinada a pronunciamentos.

TERÇA

CCT Olimpíadas

8h45 Entre os projetos a serem votados, está o PLC 2/2016, que dispõe sobre medidas relativas aos Jogos Olímpicos de 2016.

CMA Uso da água

9h30 Reunião deliberativa. Será votado, entre outros, o PLC 84/2014, que dispõe sobre a otimização do uso da água em edifícios da administração pública federal.

CAE Presidente do Banco Central

10h Audiência com Alexandre Tombini.

CE Alunos com deficiência

11h30 Votação de projetos como o PLS 45/2015, que proíbe a cobrança de taxa adicional para alunos com deficiência.

SEGUNDA

CMO Créditos extras

13h Reunião para apreciar relatórios e liberação de créditos extraordinários.

MP 712 Mosquito

14h Audiência sobre a MP 712/2016, sobre o combate ao mosquito transmissor da dengue, da chikungunya e da zika.

TRANSPARÊNCIA Combate à corrupção

14h30 Análise de requerimento para reatualização de ciclo de debates sobre lei de combate à corrupção.

CPI DO FUTEBOL Papéis sigilosos

14h45 Reunião fechada para estudo de documentos sigilosos.

QUARTA

CAS Físico

9h Em votação, projetos como o PLC 101/2012, que dispõe sobre o exercício da profissão de físico.

AGENDA BRASIL Reciclagem

14h30 Reunião para analisar projetos como o PLS 187/2012, que deduz do Imposto de Renda doação a projetos de reciclagem.

MUDANÇAS CLIMÁTICAS Energia

14h30 Audiência sobre o uso de energia renovável em escala de companhia de serviços públicos.

SESSÃO ON-LINE

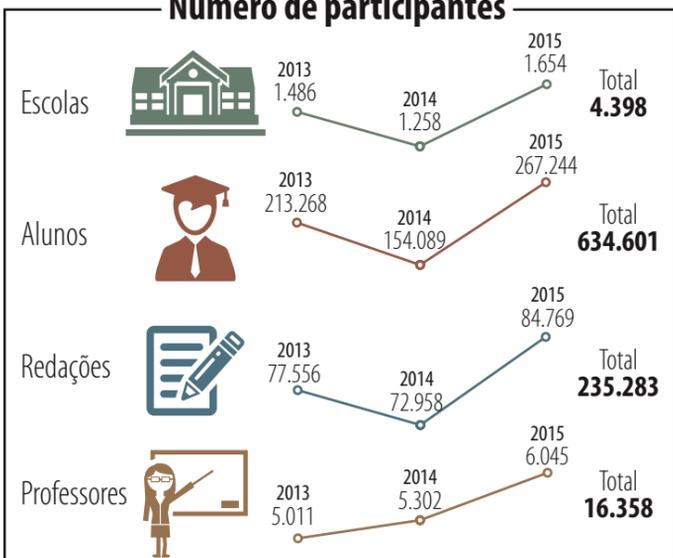
Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 9h, **audiência pública da Comissão de Direitos Humanos**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Número de participantes



MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário: Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Iccassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Coordenação de Edição: Silvio Burle
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Site: www.senado.leg.br/noticias

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Senado vota PEC que isenta igrejas de IPTU

A proposta já foi aprovada em 1º turno. Também está na pauta a PEC que diminui o número de cargos em comissão na administração pública em todas as esferas

A PAUTA DO Plenário de amanhã tem como um dos principais itens a proposta de emenda à Constituição (PEC 133/2015) que isenta de IPTU os imóveis alugados para templos religiosos e utilizados para cultos. O texto, do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), foi aprovado em primeiro turno na quarta-feira e precisa ser aprovado em segundo turno.

Durante a votação, Crivella lembrou que a Constituição já concede isenção tributária para os templos de qualquer culto, para proteger a liberdade de crença, mas deixou de fora os imóveis alugados. Para o senador, o que importa para a concessão do benefício não é a propriedade do imóvel, mas a prática religiosa nesses locais.

O relator na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Benedito de Lira (PP-AL), acrescentou que, quando o imóvel é alugado, não se aplica a imunidade, uma vez que nos contratos de locação é comum a transferência da responsabilidade de pagamento do IPTU para o locatário. Por isso, segundo ele, é necessária regulamentação que elimine esse tipo de cobrança.

Cargo em comissão

Outro texto que está na pauta é a PEC 110/2015, que restringe a quantidade de cargos em comissão na administração pública. Do senador Aécio Neves (PSDB-MG), a proposta, que poderá ser votada em

primeiro turno, tem objetivo de reduzir a máquina pública e torná-la mais eficiente e qualificada tecnicamente, pelo critério da meritocracia.

Pelo texto, o número de cargos em comissão não poderá superar, em cada órgão ou entidade, 10% dos cargos efetivos no caso da União, dos estados e do Distrito Federal. No caso dos municípios, o percentual máximo previsto é de 15%. Nessa conta não entram os casos de assessoramento direto a governantes, ministros e secretários de estados e municípios, além dos dirigentes de autarquias e fundações.

Pelo menos 50% desses

cargos devem ser preenchidos por servidores efetivos. Para os cargos de confiança, será necessário um processo seletivo que analisará itens como escolaridade, conhecimentos técnicos, capacidade, habilidades específicas e experiência para o desempenho. Quando um servidor efetivo for ocupar o posto, também vai ser preciso observar se as atribuições e o nível de responsabilidade do cargo efetivo são compatíveis com as do cargo em comissão.

O quórum para a aprovação de uma PEC é qualificado: são necessários os votos favoráveis de três quintos da composição da Casa, ou seja, 49 senadores.

Outro item da pauta é o PLC 167/2015 — Complementar, que pode ser aprovado por maioria simples (maioria dos presentes à sessão). O projeto possibilita ao microempreendedor individual utilizar a residência como sede do estabelecimento, quando não for indispensável a existência de local próprio para a atividade.

Salão de beleza

Pode ser votado também o PLC 133/2015, que dá segurança jurídica a uma relação já existente entre salões de beleza e cabeleireiros, barbeiros, maquiadores, esteticistas, manicures e pedicures.

Pela lei atual, os trabalhadores de salões de beleza são contratados como empregados, com carteira assinada, conforme normas da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Esse sistema de contratação deve continuar valendo, mas com a opção da modalidade de parceria, em que o salão recebe dos clientes e paga ao profissional parceiro um percentual desse valor. Segundo a relatora, senadora Marta Suplicy (PMDB-SP), trabalhadores dos salões de beleza consideram que a contratação pela CLT restringe a entrada de profissionais no mercado, em razão dos custos embutidos nos contratos.

Também pode ser votado o Projeto de Resolução do Senado (PRS) 64/2015, de Simone Tebet (PMDB-MS), que cria na estrutura do DataSenado, órgão de pesquisa de opinião da Casa, o Observatório da Mulher contra a Violência. O objetivo é reunir e sistematizar as estatísticas oficiais sobre a violência contra a mulher. A unidade também vai estudar o tema, analisar e produzir relatórios, além de elaborar e coordenar projetos de pesquisa sobre as políticas de prevenção, de atendimento às vítimas e de combate à violência. Os dados vão subsidiar o trabalho da Procuradoria Especial da Mulher do Senado e da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher.



Pela PEC, igreja que utiliza imóvel alugado não precisará pagar IPTU, como já acontece com a que tem imóvel próprio

Lei Antiterrorismo é sancionada com vetos pela presidente Dilma

Foi publicada em edição extra do *Diário Oficial da União* de quinta-feira a Lei Antiterrorismo (Lei 13.260/2016). A norma foi sancionada pela presidente da República, Dilma Rousseff, com oito vetos, sendo que dois deles dizem respeito à definição de atos de terrorismo.

A lei aprovada pelo Congresso Nacional classifica como atos de terror "incendiar, depredar, saquear, destruir ou explodir meios de transporte ou qualquer bem público ou privado". Também prevê as ações de "interferir, sabotar ou danificar sistemas de informática ou bancos de dados". Segundo a presidente, tais definições apresentadas são "excessivamente amplas e imprecisas". Além disso, são atos com diferentes potenciais ofensivos com penas idênticas, em violação ao princípio da proporcionalidade e da taxatividade. Dilma argumenta também haver outros incisos que já garantem a previsão das condutas graves que devem ser consideradas ato de terrorismo.

Foi vetado ainda o artigo 4º, que previa pena de quatro a oito anos de reclusão para a prática de apologia ao terrorismo. Segundo o governo, trata-se de um artigo que "busca penalizar ato a partir de

um conceito muito amplo e com pena alta, ferindo o princípio da proporcionalidade e gerando insegurança jurídica". Além disso, da forma como foi previsto, "não ficam estabelecidos parâmetros precisos capazes de garantir o exercício do direito à liberdade de expressão."

A presidente não concordou com o artigo 8º, que aumenta a pena de responsáveis por atos terroristas que causem danos ambientais sob o argumento de que o bem jurídico tutelado — o meio ambiente — já conta com legislação específica.

O sistema de cumprimento de pena também não foi aprovado por Dilma. A previsão de estabelecimento penal de segurança máxima para os criminosos, na opinião dela, violaria o princípio da individualização da pena. Segundo as razões do veto, determinar o estabelecimento penal de seu cumprimento é desconsiderar as condições pessoais do apenado, como o grau de culpabilidade, os antecedentes, a conduta social, a personalidade e os fatores subjetivos relativos ao delito.

Veja o projeto aprovado no Senado: <http://bit.ly/PL101de2015>

No Dia da Síndrome de Down, Senado oferece seminário, oficinas e música

Para comemorar o Dia Internacional da Síndrome de Down, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) promove, de hoje a quarta-feira, o seminário 21 Horas pela Inclusão. A programação terá três dias de atividades sobre educação inclusiva, acessibilidade, comunicação, comportamento, entre outras. O Dia Internacional da síndrome de Down foi instituído pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2006. A data, 21 de março, é uma referência à trissomia do cromossomo 21. Pela mesma razão, o evento vai durar 21 horas, divididas por três dias.

A abertura do evento, que tem o apoio da embaixada do Reino Unido, é hoje às 14h, no Auditório Petrônio Portella. O seminário terá a participação do senador Romário (PSB-RJ), presidente da CE; do embaixador do Reino Unido, Alex Ellis; e do grupo musical Surdodum.

Entre os eventos programados, está o lançamento do livro *O Mundo de Ivy: 11 anos de uma downzinha muito feliz*, autobiografia que conta

de forma divertida, sob o ponto de vista de uma criança, filha de Romário, como é ter síndrome de Down.

— Este é o segundo ano consecutivo que promovemos este evento no Senado dedicado às pessoas com síndrome de Down. É importante que levantemos a questão da deficiência para que a sociedade esteja cada vez mais consciente em relação às necessidades dessas pessoas e se prepare para recebê-las com a dignidade e a igualdade que elas merecem — afirma o senador.

Amanhã e quarta, serão oferecidas gratuitamente oficinas sobre temas ligados à deficiência com profissionais de diversas especialidades. Os cursos serão realizados pela manhã, das 9h ao meio-dia, e à tarde, das 14h às 17h. Para fazer a inscrição, basta acessar o site www.interlegis.leg.br/eventos. As inscrições também podem ser feitas pelo telefone (61) 3303-2744. As vagas são limitadas.

Veja a programação completa das oficinas: <http://bit.ly/oficinas21horas>

Na semana passada, Dilma alçou Lula ao posto de ministro da Casa Civil, o juiz Sergio Moro divulgou telefonemas do ex-presidente e população foi às ruas para protestar

Crise no Palácio do Planalto divide senadores

As polêmicas causadas pela nomeação do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva para ministro-chefe da Casa Civil e pela divulgação das conversas telefônicas de Lula com a

presidente Dilma Rousseff e outras autoridades continuaram repercutindo no Senado na sexta-feira. Os senadores da base aliada classificaram de ilegal a divulgação dos grampos e acusaram

juízes, policiais e procuradores de agirem com motivação política. Os senadores opositores, por sua vez, defenderam a ação da Justiça e disseram que Dilma é a responsável pela crise.

Caiado: povo deve ficar atento a ação na Câmara

O líder do DEM no Senado, Ronaldo Caiado (GO), convocou na sexta-feira os cidadãos favoráveis ao impeachment da presidente Dilma Rousseff a ficarem atentos aos trabalhos da Câmara e do Senado na semana de 11 a 15 de abril.

— Venham protestar em Brasília para acompanhar a votação [em comissão da Câmara] — pediu.

Se a Câmara autorizar a instauração de processo por crime de responsabilidade, caberá ao Senado conduzir o processo e o julgamento da presidente Dilma.

Caiado protestou contra a declaração de Dilma de que não admitirá “a politização da Justiça”.

— Não foi Dilma a grampeada. Foi o Lula, que estava sendo investigado — afirmou Caiado.



Juiz errou ao divulgar grampo, diz Hélio José

Hélio José (PMDB-DF) criticou o juiz federal Sergio Moro por liberar a gravação das conversas telefônicas do ex-presidente Lula com a presidente Dilma Rousseff e outros agentes públicos. O senador considerou a ação “ilegal, atentadora ao Estado de direito e que só contribui para incendiar o país”.

Ele afirmou que o processo de impeachment apenas se inicia na Câmara e que só se for acatado lá caberá aos senadores julgarem o caso. O senador disse que seu papel como homem público é posicionar-se nessa questão baseando-se “na Constituição, nos autos, na legalidade e nos interesses nacionais e populares”. Hélio José acrescentou que levará em conta a posição de seu partido, que tem convenção marcada para a semana que vem.

Cristovam rejeita acusação de que Justiça deu golpe

É preciso “casar a legalidade com a legitimidade”, defendeu Cristovam Buarque (PPS-DF). Para o senador, a Justiça não deu um golpe, mas ocupou o espaço aberto pela falta de atitude do Congresso.

— Fomos incapazes de definir regras que impedissem um partido no poder de destruir a Petrobras. Não definimos regras que impedissem que a Petrobras e outras estatais fossem aparelhadas por partido. Nós não mudamos as regras em tempo sobre financiamento de campanha. Aí vem a corrupção. Queremos o que agora? Que a Justiça feche os olhos? Que não prenda? —

Para Cristovam, o PT “perdeu o vigor transformador”, “caiu na mesmice da política”, tornou-se arrogante e não ouviu a voz das ruas, alçando Lula à chefia da Casa Civil.



Para Medeiros, gravação derruba “mito Lula”

José Medeiros (sem partido-MT) criticou a nomeação do ex-presidente Lula para a chefia da Casa Civil, afirmando que a iniciativa é uma tentativa de fuga do petista da investigação da Operação Lava-Jato.

— O governo, além de não dar ouvidos ao povo, cometeu um erro tremendo: resolveu brincar com fogo, resolveu transformar em ministro o ex-presidente Lula. É a mesma coisa de falar de corda em casa de enforcado. No próprio domingo, as pessoas já levantavam cartazes e os alvos eram o PT, o ex-presidente Lula e a presidente Dilma — disse.

O senador reprovou as declarações de Lula, expostas nos áudios gravados pela Polícia Federal, com críticas ao Supremo Tribunal Federal. Para Medeiros, “o mito Lula” desmoronou.

Vanessa pede que imprensa seja imparcial

A cobertura jornalística sobre o vazamento de conversas telefônicas gravadas pela Operação Lava-Jato e sobre a instalação da comissão do impeachment na Câmara foi considerada tendenciosa por Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

A senadora pediu aos veículos de comunicação que sejam imparciais e tenham serenidade e responsabilidade ao noticiar os desdobramentos da crise política. Disse ainda que as razões para o impeachment de Dilma alegadas no processo não têm nada a ver com a corrupção na Petrobras.

— Não se pode induzir de forma falsa e distorcida a opinião pública. A imprensa deve, no mínimo, dar espaço igual para manifestação dos que querem o impedimento da presidenta e dos que entendem que não há razão para isso — cobrou.



Polícia e tribunais tomam partido, acusa Lindbergh

Segundo Lindbergh Farias (PT-RJ), a Justiça e a polícia têm se portado de forma parcial e agido politicamente. O senador criticou juízes, policiais e membros do Ministério Público “que nem sequer escondem suas preferências políticas”.

— Não mais se escondem atrás de um pretenso biombo de pundonor. Arvoram-se no combate à corrupção, mas um combate que só tem como alvos Lula, Dilma e a esquerda em geral.

Lindbergh disse esperar a derrubada do “golpe do impeachment”.

— Dizia Lincoln [presidente dos EUA no século 19] que a decisão da Suprema Corte [americana] era parte da maquinaria posta em marcha para assegurar a escravidão. Agora vemos o sistema de Justiça [brasileiro] como parte da maquinaria para manter o povo na senzala.

Comissão pode votar amanhã estímulo ao uso da água da chuva

A captação da água da chuva nas novas construções públicas e privadas poderá se tornar obrigatória. É o que estabelece o Projeto de Lei do Senado (PLS) 324/2015, que a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) deve votar amanhã, na reunião marcada para as 9h30.

De autoria do senador Donizeti Nogueira (PT-TO), o projeto de lei reduz a utilização de água tratada em atividades que não envolvam o consumo direto, como a limpeza de prédios e a irrigação de jardins.

Donizeti argumenta que a proposta induz ao aproveitamento eficiente da água. Apesar de ser um dos recursos naturais mais abundantes do planeta, disse o senador, existem problemas de distribui-

ção desigual da água potável no mundo. Ele informa que cerca de 40% da população global vive hoje sob alguma situação de “estresse hídrico”.

De acordo com o projeto, a carta de habite-se das novas construções só poderá ser emitida se houver o atendimento ao uso da água da chuva.

No caso de edificações privadas, a obrigação pode ser direcionada apenas a construções com área igual ou superior a 300 metros quadrados, de acordo com uma emenda da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) mantida pela relatora na CMA, senadora Lídice da Mata (PSB-BA).

A proposta será votada em caráter terminativo na CMA — isso significa que, se não houver recurso para votação



Em construção no Rio, Museu da Imagem e do Som terá captação da chuva

no Plenário do Senado, o projeto será remetido diretamente para a Câmara dos Deputados.

Áreas verdes

Outro projeto na pauta da CMA é o PLS 396/2014, que obriga os planos diretores municipais a delimitar áreas

verdes e áreas urbanas a serem reflorestadas.

O senador Wilder Moraes (DEM-GO), autor do texto, explica que o projeto de lei se justifica pela relevância “da arborização urbana e do planejamento de recuperação de áreas desmatadas para a melhoria da qualidade

ambiental e paisagística das cidades”.

O projeto de lei conta com voto favorável do relator, senador Ronaldo Caiado (DEM-GO), e também terá decisão terminativa na comissão.

A CMA ainda vai votar um projeto de lei que torna a educação ambiental uma disciplina obrigatória nos ensinos fundamental e médio (PLS 221/2015) e uma proposta que trata da substituição de aparelhos de telefonia celular com defeito (PLC 142/2015).

Consta também da pauta da comissão um projeto de lei (PLS 50/2012) que aumenta de 40 para 60 salários mínimos o valor das causas aceitas pelos juizados especiais cíveis estaduais. A proposta faz a equiparação com o limite das ações aceitas pelos juizados especiais federais.